



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 900/1984

Que estabelece a proteção do patrimônio histórico e artístico de Passa Quatro atendendo ao disposto no Artigo 180 da Constituição Federal, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Artístico de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprova, e eu em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal, os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no município, que, dotados de excepcional valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico, justifiquem o interesse público na sua preservação.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Passa Quatro órgão de assessoria à Prefeitura Municipal, com atribuição específica de zelar pela preservação do patrimônio histórico e artístico do Município.

Art. 3º A Prefeitura terá um livro de Tombo, para inscrição dos bens a que se refere o artigo 1º, cujo tombamento será homologado por Decreto, após proposta do Conselho Consultivo, ouvido o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/ MG.

Parágrafo único. O tombamento em esfera municipal dos bens compreendidos no artigo só poderá ser cancelado com audiência prévia do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, para expedição do respectivo Decreto.

Art. 4º As coisas Tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% do valor da obra executada.

Art. 5º Sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra irregular ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 50% do valor do mesmo objeto;

Art. 6º As penas previstas no artigo 4º e 5º serão aplicadas pela Prefeitura, sem prejuízo da ação penal correspondente.

Art. 7º Os bens compreendidos na proteção da presente lei ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação;

Parágrafo único. O benefício da isenção será renovado anualmente, mediante requerimento do interessado.

Art. 8º A alienação onerosa de bens tombados, na forma desta lei, fica sujeita ao direito de preferência, a ser exercida pela Prefeitura Municipal, na conformidade das disposições específicas do Decreto-Lei Federal 25, de 30 de novembro de 1937, sobre o mesmo direito.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 29 de março de 1984.

Joaquim Caetano de Sales
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário